



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/214/2023	13/01/2023	Sai-AP/2023/19	09/02/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 536/XII (BE) – “Contratação de serviços de assessoria e consultoria médica com a empresa ATLIMEDS - Integrated Medical Solutions. Lda.”, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

- a documentação solicitada no ponto 2 do requerimento, que se refere à «lista das empresas convidadas (...) a apresentar proposta (...) no âmbito dos dois procedimentos por ajuste direto (...)», é inexistente, porquanto foi convidada a apresentar proposta uma empresa, nos termos do disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 44.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
- não existem anexos aos contratos, tal como solicitado no ponto 3, na medida em que, apesar do clausulado contratual, por vezes, fazer referência a «anexos», estes não se verificam nos contratos em causa, sendo que a sua menção resulta apenas da redação uniforme dada aos contratos, ou seja, à minuta utilizada para o efeito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**
Data: 2023.02.09 15:39:56-01'00'



Exmos. Senhores

ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL
SOLUTIONS, LDA
Canada Nova n.º 12F - Santa Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo

Sua referência			Nossa referência		
N.º:	Data	Proc.	N.º:	Data	Proc.
			DRS-Sai/2022/5152	23 de setembro de 2022	DRS-Contrat/2022/3

Assunto: PROCEDIMENTO N.º 14/2022 - AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA MÉDICA E ACONSELHAMENTO TÉCNICO EM SERVIÇOS CLÍNICOS.

A Direção Regional da Saúde, pessoa coletiva com o n.º 600 087 174, com sede no Solar dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, com o número de telefone (+351) 295 204 200, número de fax (+351) 295 204 252 e correio eletrónico sres-drs@azores.gov.pt, vem convidar V. Exa.(s) a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto para aquisição de serviços de consultoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

1. Procedimento:

1.1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

1.2. A decisão de contratar, de autorização de despesa e de abertura do presente procedimento foi tomada por despacho do Senhor Diretor Regional da Saúde, mediante despacho de 20 de setembro de 2022 e no seguimento de autorização prévia de S. Exa. o Secretário Regional da Saúde e Desporto, mediante despacho de 26 de janeiro de 2022 e de S. Exa. o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, mediante despacho de 18 de agosto de 2022.



1.3. O ajuste direto foi escolhido com fundamento na alínea a) do artigo 20.º e no n.º 1 do artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro de 2015.

1.4. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento regulará, nos termos das especificações técnicas, as relações futuras a estabelecer entre a Direção Regional da Saúde e o adjudicatário.

1.5. Todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da responsabilidade da Direção Regional da Saúde.

1.6. O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente convite e nas especificações técnicas anexas ao mesmo, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.

2. Proposta:

2.1. A proposta a apresentar por essa empresa deverá ser constituída, obrigatoriamente, pelos seguintes documentos **devidamente assinados** e redigidos em língua portuguesa:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do referido Regime, conforme modelo disponível no Anexo I à presente Carta convite;
- b) Documento com a indicação do preço, prazo de execução e memória descritiva;
- c) Certidão comercial atualizada ou documento equivalente, no caso de pessoa coletiva;
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente queira apresentar por os considerar indispensáveis para demonstrar os atributos da sua proposta.

2.2. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às **23:59 UTC-1**, do **5.º dia** posterior à receção do convite, diretamente através dos endereços eletrónicos sres-drs@azores.gov.pt e [REDACTED]

2.3. É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação da manutenção da proposta.

2.4. A proposta apresentada não será objeto de negociação.

2.5. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

3. Critério de Adjudicação:



O critério no qual se baseará a apreciação das propostas e consequente adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinado através da modalidade de monofator, preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

4. Caução:

É dispensada a prestação de caução, face ao disposto no n.º 2 do artigo 43.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

5. Documentos de habilitação:

5.1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação de adjudicação:

a) Declaração emitida conforme o Anexo III do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, a que se refere o n.º 2 do art.º 40.º do referido diploma, conforme modelo disponível no Anexo II à presente Carta convite;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos - a primeira e a última relativamente a todos os gerentes ou administradores -, através das declarações dos organismos competentes, como o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Repartição de Finanças do domicílio ou sede do Concorrente, relativas à situação contributiva perante a Segurança Social e ao pagamento de impostos, bem como, através do certificado de registo criminal ou, em caso de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções;

c) Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>);

d) Certidão comercial atualizada ou documento equivalente, no caso de pessoa coletiva, no caso de a entregar em sede de proposta já não se encontrar válida.

5.2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação por falta de apresentação dos documentos de habilitação, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.



5.3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

6. Regime legal aplicável:

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Convite, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivas alterações e regulamentação, bem como as regras especiais previstas no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

O presente convite é composto por esta missiva e respetivos anexos.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional da Saúde,
Assinado por: **Berto Graciliano de Almeida Cabral**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2022.09.26 18:09:12+00'00'
Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**
Atributos certificados: **Diretor Regional da Saúde.**



Berto Graciliano de Almeida Cabral



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do CCP)

OBJETO DO FORNECIMENTO: aquisição de serviços de consultoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos

PREÇO BASE: € 74.800,00 (setenta e quatro mil e oitocentos euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, com fundamento nos preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar e nos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.

PLANO PAGAMENTO: As quantias devidas pela entidade adjudicante, devem ser pagas mensalmente, mediante apresentação de fatura.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 31 de dezembro de 2024, caso não se esgotem a totalidade das horas, em momento anterior, previstas para a prestação dos serviços objeto do contrato.

ÂMBITO DOS SERVIÇOS INCLUÍDOS:

Pretende-se garantir uma prestação de 1700 (mil e setecentas) horas de consultoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos, cujo valor de retribuição por cada hora de serviços prestados fixa-se na quantia de 44 € (quarenta e quatro euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

A consultoria deverá ser prestada por um médico especialista em Medicina Geral e Familiar e mestre em Gestão de Saúde.

Deve o adjudicatário garantir prestação dos mesmos serviços noutras áreas consideradas relevantes pela Direção Regional da Saúde, desde que possua competência técnica para tal. Os dias e horários de prestação de serviços serão acordados entre as partes mensalmente, com escalonamento dos serviços a prestar no mês subsequente, exceto no primeiro mês que deverá ser acordado após assinatura do contrato.

O serviço inclui seis reuniões presenciais na Direção Regional da Saúde ou outra Unidade de Saúde, a determinar por acordo entre as partes, por um período não superior a 3 (três) dias.



ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);



- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos

relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



ANEXO II

**(a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A,
de 29 de dezembro)**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de



perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;
h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.



Exmo/a Senhor/a

ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL
SOLUTIONS, LDA

Canada Nova n.º 12F - Santa Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

Sua referência			Nossa referência		
N.º:	Data	Proc.	N.º:	Data	Proc.
			DRS-Sai/2021/4207	25 de agosto de 2021	

Assunto: PROCEDIMENTO N.º 25/2021 - AJUSTE DIRETO PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA MÉDICA E ACONSELHAMENTO TÉCNICO EM SERVIÇOS CLÍNICOS.

Exmo.(s) Senhor(es),

1. A Secretaria Regional da Saúde e Desporto, através da Direção Regional da Saúde, pessoa coletiva com o n.º 600 087 174, sede no Solar dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, com o número de telefone (+351) 295 204 200, número de fax (+351) 295 204 252 e correio eletrónico sres-drs@azores.gov.pt convida V. Exa.(s) a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto adotado para renovação do contrato de aquisição de 480 horas de consultadoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

2. Procedimento

2.1. O presente procedimento tem por objeto a renovação do contrato de aquisição de 480 horas de consultadoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

2.2. A decisão de contratar, de autorização de despesa e de abertura do presente procedimento foi tomada pelo Diretor Regional da Saúde mediante despacho de 23

de agosto de 2021, e conforme as autorizações prévias do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e do Secretário Regional da Saúde.

2.3. O ajuste direto foi escolhido com fundamento na alínea a) do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, *ex vi* n.º 1 do artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro de 2015.

2.4. Todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da responsabilidade da Direção Regional da Saúde.

2.5. O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente convite e nas especificações técnicas anexas ao mesmo, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.

3. Proposta

3.1 A proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos devidamente redigidos em língua portuguesa:

a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 27/2015/A, de 29 de dezembro, a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 36.º do referido diploma;

a) Documento com a indicação do preço, prazo de entrega e memória descritiva;

b) Certidão comercial atualizada ou documento equivalente;

3.2 Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentadas até às **23:59 UTC**, do **5.º dia** posterior à receção do convite, diretamente através dos endereços eletrónicos sres-drs@azores.gov.pt e [REDACTED]

3.3 É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação da manutenção da proposta.

3.4 A proposta apresentada não é objeto de negociação.

3.5 Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

4. Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço ou custo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

5. Caução:

É dispensada a prestação de caução.

6. Documentos de habilitação:

6.1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação de adjudicação:

- a) Declaração emitida conforme o Anexo III do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 27/2015/A, de 29 de dezembro, a que se refere o n.º 2 do art.º 40.º do referido diploma;
- a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (a primeira e a última relativamente a todos os gerentes ou administradores), através das declarações dos organismos competentes, como o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Repartição de Finanças do domicílio ou sede do Concorrente, relativas à situação contributiva perante a Segurança Social e ao pagamento de impostos, bem como, através do certificado de registo criminal ou, em caso de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções.

6.2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação por falta de apresentação dos documentos de habilitação, a Entidade Adjudicante

notifica o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

6.3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

7. Contrato

O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento será reduzido a escrito.

8. Regime legal aplicável:

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente convite, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivas alterações e regulamentação, bem como as regras especiais previstas no Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

Com os melhores cumprimentos,

A Subdiretora Regional da Saúde,

Assinado por: **PATRÍCIA BORGES SOARES**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2021.08.25 12:29:19+00'00'

Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**

Atributos certificados: **Subdiretora Regional da Saúde.**



CHAVE MÓVEL

soares

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do CCP)

- **OBJETO DO FORNECIMENTO:** Ajuste direto para renovação do contrato de aquisição de 480 horas de consultoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

A consultoria deverá ser prestada por um médico especialista em Medicina Geral e Familiar com conhecimento concreto da realidade do Serviço Regional de Saúde.

Os serviços serão prestados por teletrabalho, incluindo uma deslocação presencial à Direção Regional de Saúde ou a qualquer Unidade de Saúde.

- **PREÇO BASE:**
 - € 23.520,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor
- **PRAZO DE EXECUÇÃO:** até 31 de dezembro de 2021
- **PRAZO DE PAGAMENTO:** 60 (sessenta) dias





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

Transferência Bancária - Detalhes

Pagamento a Fornecedores

Nº Transferência: **2 509 802**

Conta Corrente

C.Custo: **0004**

Ano: **2 02**

Conta Corrente: **00000232549**

Serviço: **00000009997 - GeRFiP - Santander**

Conta Destino

Banco: **0269**

Balcão: **0741**

Nº Conta: **0020363082449**

Destinatário

Nome: **ATLIMEDS - Integrated Medical**

NIF: **513847707**

Nº Documento:

Data Doc:

Sit Movimento: **Fim Proc**

Nº Ordem Pagamento: **1 134 242**

Sit. Bancária: **Pago**

Data Ordem Pag.: **2022-12-30**

Data Situação: **16/01/2023 15:17:13**

Data Emissão: **30/12/2022**

Nº Autorização:

Data Pagamento: **30/12/2022**

Data Auto.: **2022-12-30**

Montante: **24 063,50**

PROCEDIMENTO N.º 10/2022



CONCURSO PÚBLICO
PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA
CLÍNICA NO ÂMBITO DA REFORMA DO MODELO DE
GOVERNAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE,
NO ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E
RESILIÊNCIA, DIMENSÃO RESILIÊNCIA, COMPONENTE
1, INVESTIMENTO RE-C01-i08-RAA – HOSPITAL
DIGITAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Caderno de Encargos

Classificação CPV

85141000-9: Serviços prestados pelo pessoal médico

Caderno de Encargos

TÍTULO I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, com as especificações técnicas e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula Segunda

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e respetivos anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada;
 - f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

5 - O adjudicatário que tenha dúvidas na interpretação dos documentos contratuais deve colocá-las à Direção Regional da Saúde (DRS).

Cláusula Terceira

Prazo de vigência do contrato

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do termo do prazo contratual, designadamente em termos de sigilo, o contrato tem a duração de **36 (trinta e seis) meses** desde a data da sua assinatura.

Cláusula Quarta

Preço base

O preço base aplicável ao presente procedimento, nos termos do artigo 47.º do CCP, é de 198.000,00 € (cento e noventa e oito mil euros), no qual não se inclui o IVA.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quinta

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Prestar assessoria clínica presencial por intermédio de recurso médico, em cumprimento das especificações do Anexo I a este caderno de encargos;

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

b) Prestar as atividades de apoio e assessoria clínica previstas no âmbito da reforma do modelo de governação do SRS, no âmbito do projeto “Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores”;

c) Participar nas reuniões de contratualização, monitorização e preparação do processo de contratualização junto das Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais (US).

2 - O prestador de serviços recorre aos meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, postos à disposição pelo contraente público, tendo em vista a organização e bom funcionamento do contrato.

Cláusula Sexta

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato compreendem:

a) A elaboração de um plano estratégico de objetivos e operacional da metodologia proposta para a atualização e consolidação de ferramentas, incluindo a configuração de principais indicadores de produção e desempenho da respetiva execução da mesma, com levantamento de necessidades e plano de atividades a desenvolver no triénio, a entregar no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

b) Apoio presencial na DRS, para execução das restantes atividades contratuais, durante todo o período de vigência do contrato.

Cláusula Sétima

Forma de execução do serviço

1 - A execução do contrato é efetuada através:

a) Do acompanhamento das Direções de Serviço envolvidas, de forma presencial e com periodicidade semanal;

b) Da participação nas reuniões de acompanhamento a realizar na DRS, Secretaria Regional da Saúde e Desporto (SRSD) ou nas instalações das US do SRS;

c) Da produção e avaliação da documentação de suporte aos processos definidos no caderno de encargos.

2 - Para os efeitos previstos na alínea b) do número anterior, estima-se até 15 (quinze) deslocações anuais, de períodos não superiores a 3 (três) dias.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

3 - Os serviços previstos no n.º 1 terão a duração mensal estimada de 120 (cento e vinte) horas, devendo ser prestadas em horário normal de funcionamento dos serviços envolvidos.

4 - O horário, para efeitos do disposto nos números anteriores, é articulado e compatível com o horário da DRS, ajustado em função das atividades, e acordado com os responsáveis envolvidos.

5 - Para efeitos do número anterior, são calendarizados, no mês imediatamente anterior, os dias e horários da prestação de serviço para o mês seguinte.

6 - O escalonamento do primeiro mês ocorrerá no ato de assinatura do contrato.

7 - No final da execução do contrato, o prestador de serviços apresenta um relatório final de execução das atividades, com base no previsto no plano geral e nos planos específicos de atividades.

8 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula Oitava

Transferência da propriedade

1 - Com a entrega e incorporação, nos relatórios e documentos da DRS, dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, ocorre, a favor do contraente público, a transferência da respetiva posse e propriedade, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula Nona

Dever de sigilo

1 - O cocontratante obriga-se ao cumprimento de todas as normas previstas no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, designadamente quanto aos dados em saúde, devendo guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao SRS, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que, à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, sejam comprovadamente do domínio público, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula Décima

Preço contratual

1 - Pela correta execução de todas as prestações objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público paga ao cocontratante o valor constante da proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço final a pagar é resultante do número de horas de assessoria efetivamente prestada, considerando o seu valor unitário.

3 - O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo, designadamente, os relativos a deslocações e estadias no local de execução do contrato.

4 - Os custos inerentes às deslocações e estadias que resultem do planeamento e execução das reuniões presenciais com as US do SRS, nos termos da alínea b) do n.º 1 da cláusula 7.ª, são suportados pelo contraente público.

Cláusula Décima Primeira

Condições de pagamento

1 - Os pagamentos são efetuados nos termos seguintes:

a) Com a entrega do documento previsto na alínea a) da cláusula 6.ª, o montante respetivo previsto na proposta adjudicada;

b) Mensalmente, o valor previsto na proposta adjudicada, correspondente às 120 (cento e vinte) horas relativas à execução do serviço previsto na alínea b) da cláusula

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

6.^a, sendo efetuado, no mês seguinte, o acerto de eventuais diferenças de horas realizadas no mês em questão.

2 - As quantias devidas pelo contraente público, acrescidas de IVA à taxa legal em vigor, nos termos dos pontos anteriores, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz, e a emissão da respetiva nota de encomenda.

3 - As faturas devem mencionar em detalhe os da execução contratual a que dizem respeito.

4 - Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito, caso seja solicitado.

5 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.

6 - Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.

CAPÍTULO III

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula Décima Segunda

Mora do cocontratante

1 - O fornecedor incorre em mora sempre que não der cumprimento pontual e integral às obrigações que, por determinação do Contrato ou por determinação do contraente público, ao abrigo do mesmo, se encontrem sujeitas a prazo.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, nas obrigações sujeitas a prazo, se verifique que cocontratante cumpriu de forma defeituosa as obrigações a que estava vinculado, o contraente público notifica-o para proceder ao cumprimento correto e integral das obrigações cumpridas defeituosamente, conferindo, para o efeito, prazo não superior a 10 (dez) dias.

Procedimento n.º 10/2022

3 - Não se aplica o disposto nos números anteriores quando o atraso se deva a atos imputáveis ao contraente público ou que resultem de força maior.

Cláusula Décima Terceira

Penalidades

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, designadamente quanto às datas e prazos de execução fixados, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da prestação de serviço em falta e da gravidade do incumprimento, até ao limite de 1 % (um por cento) do valor contratual relativo à prestação em falta, por cada dia de atraso, sem prejuízo da cláusula penal prevista.

2 - Por incumprimento total ou parcial pelo cocontratante, que leve à resolução do contrato, o contraente público pode aplicar uma pena pecuniária de até 20 % (vinte por cento) do preço contratual total ou da parte em falta, conforme a situação.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

5 - O contraente público pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas pelo cocontratante, nos termos da presente cláusula.

6 - Quando não haja lugar à compensação referida no número anterior, as penalidades aplicadas devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao cocontratante para esse efeito.

7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Procedimento n.º 10/2022

Cláusula Décima Quarta

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato, e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham, se aplicável;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados, se aplicável;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

5 - A verificação de situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento em causa.

Cláusula Décima Quinta

Resolução do contrato pelo contraente público

1 - O contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, quando as obrigações contratuais previstas sejam grave ou reiteradamente incumpridas pelo cocontratante.

2 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei ou no presente clausulado, o contraente público pode ainda resolver o contrato, sempre que o cocontratante, durante a sua vigência, se apresente, designadamente, em qualquer das seguintes condições:

- a) Estado de falência ou insolvência, ou em processo com fins análogos;
- b) Cessação de atividade;
- c) Condenação por crime que afete a sua idoneidade profissional e não tenha ocorrido a sua reabilitação judicial;
- d) Violação sistemática das condições contratuais;
- e) Atraso, total ou parcial, nos fornecimentos e prestação de serviços objeto do contrato, que exceda 30 (trinta) dias no prazo global;
- f) Declaração por escrito que o atraso em determinada execução excederá o prazo referido na alínea anterior;
- g) Não entrega de documentos de atualização comprovativos de inexistência de dívidas à Segurança Social e à Administração Fiscal;
- h) Prestação de falsas declarações relativamente a terceiros subcontratados, se aplicável;
- i) Cessão da posição contratual sem autorização do contraente público;
- j) Não execução, em caso de mora, da prestação respetiva, no prazo que lhe haja sido razoavelmente fixado pelo contraente público;
- k) Verificação de situação de força maior, quando a impossibilidade de cumprimento se torne definitiva ou implique comprovadamente um atraso na prestação

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

do serviço objeto do fornecimento superior ao permitido no contrato para este tipo de situação;

l) Atraso no cumprimento das obrigações decorrentes de garantia superior ao prazo fixado pelo contraente público no contrato;

m) Atingido o montante máximo previsto de penalidades.

3 - O direito de resolução referido no número anterior é exercido mediante declaração enviada ao cocontratante e produz efeitos 5 (cinco) dias após a receção dessa declaração, não sendo afastado se o cocontratante cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

5 - O não exercício do direito previsto na presente cláusula não implica a renúncia ao mesmo por parte do contraente público.

Cláusula Décima Sexta

Resolução do contrato pelo cocontratante

1 - O cocontratante só pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Verificação de atraso no pagamento, pelo contraente público, de qualquer fatura, por período superior a 6 (seis) meses, e desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação;

b) Verificação de montante de crédito vencido, excluindo juros, igual ou superior a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato;

2 - O direito de resolução referido no número anterior é exercido mediante declaração ao contraente público, e produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso, durante aquele prazo, acrescidas dos juros a que houver lugar.

Procedimento n.º 10/2022

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Sétima

Notificações, informações e comunicações

1 - As notificações, informações ou comunicações a enviar por qualquer das partes deverão ser efetuadas:

- a) Por carta registada com aviso de receção, ou diretamente contra recibo, desde que seja para cumprimento do preceituado na lei ou no clausulado contratual, ou envolva a contagem de prazos;
- b) Por via postal;
- c) Pessoalmente, por fax, ou por e-mail, se a urgência do caso recomendar o uso de tais meios.

2 - As notificações, informações e comunicações devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

3 - As notificações, informações ou comunicações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual da parte a que se destinem, identificados no contrato.

4 - Salvo estipulação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato, só produzem efeitos após a notificação.

5 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula Décima Oitava

Regras para a contagem de prazos

A contagem dos prazos de execução contratual é feita nos termos do artigo 471.º do CCP, e de acordo com as seguintes regras:

- a) Não se inclui o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o prazo começa a correr;

Procedimento n.º 10/2022

Caderno de Encargos

- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia a que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, sendo que, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado, ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula Décima Nona

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do cocontratante, no âmbito da presente prestação de serviços, a cobertura, através de contratos de seguro obrigatório por lei, para os recursos técnicos ou humanos afetos ao serviço contratualizado.
- 2 - O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula Vigésima

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 - A subcontratação dos serviços a prestar, por parte do cocontratante, depende de autorização prévia por parte do contraente público.
- 2 - O cocontratante é sempre responsável pelo incumprimento de terceiros, seus subcontratados.
- 3 - A cessão da posição contratual, por qualquer uma das partes, depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
- 4 - Para efeitos de obtenção da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada, pelo eventual cessionário, toda a documentação exigida ao cocontratante selecionado no respetivo procedimento, nomeadamente de que não se encontra em

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como a apresentação dos demais documentos de habilitação exigidos no Programa do Procedimento.

Cláusula Vigésima Primeira

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Vigésima Segunda

Gestor do contrato

O contraente público designa, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP, um Gestor do Contrato, cabendo-lhe o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho técnico e financeiro do prestador de serviços, e respetiva avaliação anual.

Cláusula Vigésima Terceira

Disposições legais e contratuais aplicáveis

Na celebração do contrato, e quanto a tudo o que não estiver nele especialmente regulado, observar-se o disposto:

- a) No CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor;
- b) No Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na redação em vigor;
- c) Nas normas portuguesas e comunitárias aplicáveis.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

TÍTULO II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula Vigésima Quarta

Serviços a prestar

O objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde (SRS), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

Cláusula Vigésima Quinta

Requisitos específicos

Os serviços a fornecer devem cumprir obrigatoriamente as especificações técnicas mínimas previstas no **ANEXO I** do presente caderno de encargos.

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PREÇO BASE

OBJETO:

Serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

PREÇO BASE:

198.000,00 € (cento e noventa e oito mil euros)*, sendo que para a execução da fase que consta da alínea a) da referida cláusula 6.^a do Caderno de Encargos (elaboração do plano estratégico), apenas pode ser alocado o montante máximo de 9.000,00 € (nove mil euros)

*(a proposta deverá ser apresentada com um valor por hora, com estimativa mensal de 120 horas)

ABRANGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A prestação de serviços ocorrerá em matérias relativamente às quais não existem recursos internos na DRS, designadamente atividades de consultadoria médica, aconselhamento técnico e apoio no âmbito da reforma do modelo de governação do SRS, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, tais como:

- Planeamento e implementação da reformulação do modelo de gestão do SRS;
- Aconselhamento técnico em gestão da qualidade e informação de gestão;
- Apoio à DRS nas questões com implicação e necessidade de avaliação crítica na área clínica, incluindo avaliações de produtividade e desempenho, através de análises de *benchmarking* clínico, nos indicadores esperados para o Global das Unidades de Saúde do SRS, seus serviços, patologias/procedimentos, episódios e desempenho por médico;

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- Avaliação, definição, negociação e monitorização do modelo de financiamento;
- Proposta de novos KPI's, incluindo a elaboração dos BI dos Indicadores propostos e definidos;
- Apoio no desenvolvimento dos KPI hospitalares;
- Colaboração com a DRS no esclarecimento de dúvidas em vista a assegurar a incorporação da informação hospitalar;
- Participação nas reuniões com as Unidades de Saúde do SRS;
- Colaboração na assessoria e elaboração das metodologias a adotar;
- Implementação e acompanhamento dos processos descritos nos pontos anteriores que implicam apoio técnico na área clínica;
- Outras atividades solicitadas pela DRS que se revelem necessárias à boa execução do objeto da prestação de serviços.

REQUISITOS MÍNIMOS:

1 Médico, com especialidade reconhecida em Medicina Geral e Familiar conferida pela Ordem dos Médicos, com formação em gestão de saúde

LOCAL DE EXECUÇÃO:

Direção Regional de Saúde (presencial)

PRAZO DE EXECUÇÃO:

36 meses

FASES DE EXECUÇÃO (CLÁUSULA 6.ª DO CADERNO DE ENCARGOS):

- A) entrega de documento com planeamento estratégico e planificação dos trabalhos: até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.
- B) Assessoria mensal presencial**: 36 meses (120 horas mensais estimadas)

**Os dias e horários da prestação de serviço serão acordados mensalmente para o mês subsequente (o escalonamento do 1º mês ocorrerá no ato de assinatura do contrato)

Procedimento n.º 10/2022

Concurso Público para a aquisição de serviços de assessoria clínica no âmbito da reforma do modelo de governação do Serviço Regional de Saúde, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Lista de concorrentes

Entidade	Direção Regional da Saúde
Data	2022-11-16 15:41:08
Nº Procedimento	10/2022

A publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica foi realizada por **Leila Sofia da Ponte Monteiro** em **2022-11-16 15:41:08**.

Concorrente(s)

513847707 - Atlimeds - Integrated Medical Solutions, Lda

ATLIMEDS – Integrated Medical Solutions, LDA
Canada Nova n. 12-F Santa Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
NIF: 513 847 707
Proposta Ref. 07/2021

Exmo Sr. Diretor Regional da Saúde
Dr. Berto Cabral
Largo dos Remédios
9701-855 Angra do Heroísmo

Proposta de orçamento para a prestação de serviços de consultadoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

Considerando que:

- A) A Direção Regional da Saúde (DRS) assumiu as competências da Saudaçor, S. A. após a sua extinção em Dezembro de 2019 regulada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2019/A, nomeadamente a responsabilidade pelo processo de contratualização com as Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais do SRS, bem como a definição do modelo de financiamento do SRS.
- B) As atuais necessidades de implementação e acompanhamento dos processos descritos anteriormente implicam apoio técnico na área clínica.
- C) Não existem recursos humanos com tal competência no quadro de pessoal da DRS.

Submete-se à sua consideração a seguinte proposta:

1. A ATLIMEDS, LDA pela presente proposta compromete-se a assegurar a prestação de serviços de consultadoria médica e aconselhamento técnico aos processos referidos no Considerando A). Os mesmos serão prestados por um médico especialista em Medicina Geral e Familiar, mestre em gestão da saúde, com conhecimento técnico, experiência comprovada na área em questão de pelo menos cinco anos, e conhecimento concreto da realidade do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

2. A ATLIMEDS, LDA assegurará a prestação dos mesmos serviços em outras áreas consideradas relevantes pela DRS desde que possua competência técnica para tal.
3. Os serviços serão prestados em regime de teletrabalho.
4. Durante a vigência do contrato serão realizadas seis deslocações presenciais à DRS ou a qualquer unidade de saúde por um período não superior a 3 dias (incluindo períodos de deslocação).
5. A presente proposta de prestação de serviços refere-se à prestação de 1700 horas de consultadoria até 31 de dezembro de 2024.
6. Os dias e horários de prestação de serviços serão acordados entre as partes mensalmente, com escalonamento dos serviços a prestar no mês subsequente.
7. O valor da retribuição por cada hora de serviços prestados identificados nas cláusulas primeira e segunda fixa-se na quantia de 43,95 € (quarenta e três euros e noventa e cinco centimos), acrescida de IVA.
8. O pagamento será efetuado mensalmente mediante apresentação de fatura.
9. Tendo em conta os pressupostos anteriores, propõe-se a prestação de serviços correspondentes a um valor total de 74 715 € (setenta e quatro mil setecentos e quinze euros), acrescido de IVA.

Lisboa, 27 de setembro de 2021,



João Sarmento
Sócio-gerente

Assinado por : **JOÃO CARLOS CORDEIRO
SARMENTO**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2022.09.28 22:14:44 Hora de Verão de GMT



Declaração

1 - JOÃO CARLOS CORDEIRO SARMENTO, portador do CC n.º [REDACTED] e residente em [REDACTED] na qualidade de representante legal de ATLIMEDS – INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, Lda, com o NIF 513847707 e sede em Canada Nova 12-F 9700-130 Angra do Heroísmo, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento N.º 14/2022 - AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA MÉDICA E ACONSELHAMENTO TÉCNICO EM SERVIÇOS CLÍNICOS, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta de orçamento para a prestação de serviços de consultoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;
- l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;
- m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta

última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 27 de setembro de 2022,

Assinado por : **JOÃO CARLOS CORDEIRO**

SARMENTO

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2022.09.27 22:08:39 Hora de Verão de GMT



**Certidão Permanente**
Código de acesso: 2141-4811-8000

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 513847707**Firma:** ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA**Natureza Jurídica:** SOCIEDADE POR QUOTAS**Sede:** Canada Nova, nº 12 FDistrito: Ilha Terceira Concelho: Angra do Heroísmo Freguesia: Angra (Santa Luzia)
9700 130 Angra do Heroísmo**Objecto:** Prestação de serviços de saúde e médicos, consultas de nutrição, consultoria, investigação e desenvolvimento em saúde. Consultoria para os negócios e a gestão.**Capital:** 1.000,00 Euros**CAE Principal:** 86906-R3**CAE Secundário (1):** 70220-R3**CAE Secundário (2):** 72200-R3**Data do Encerramento do Exercício:** 31 Dezembro**Forma de Obrigar:** Com a intervenção de um gerente**Prazo de duração dos(s) Mandato(s):** Menção não aplicável à presente entidade**Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:**

GERÊNCIA:

Nome: JOÃO CARLOS CORDEIRO SARMENTO

NIF/NIPC: [REDACTED]

Cargo: Gerente

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 AP. 37/20160128 16:44:07 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE, DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA

NIPC: 513847707

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE: Canada Nova, nº 12 F

Distrito: Ilha Terceira Concelho: Angra do Heroísmo Freguesia: Angra (Santa Luzia)

9700 - 130 Angra do Heroísmo

OBJECTO: Prestação de serviços de saúde e médicos, consultas de nutrição, consultoria, investigação e desenvolvimento em saúde. Consultoria para os negócios e a gestão.

CAPITAL : 1.000,00 Euros

Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 740,00 Euros

TITULAR: JOÃO CARLOS CORDEIRO SARMENTO

NIF/NIPC: [REDACTED]

Estado civil: [REDACTED]

Nome do cônjuge: [REDACTED]

Regime de bens: [REDACTED]

Residência/Sede: [REDACTED]

QUOTA : 260,00 Euros

TITULAR: MARIA DE FÁTIMA VIVEIROS CORDEIRO

NIF/NIPC: [REDACTED]

Estado civil: [REDACTED]

Residência/Sede: [REDACTED]

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de um gerente

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: JOÃO CARLOS CORDEIRO SARMENTO

NIF/NIPC

Cargo: Gerente

Residência/Sede

Data da deliberação: 28 de janeiro de 2016

Registo Nacional das Pessoas Colectivas Lisboa

O(A) Escriturário(a) Superior, Marisa Monteiro Fernandes

An. 1 - 20160128 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.

Registo Nacional das Pessoas Colectivas Lisboa

O(A) Escriturário(a) Superior, Marisa Monteiro Fernandes

Menções de Depósito - Anotações

Menção DEP 2135/2017-07-10 21:19:27 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2016 (2016-01-01 a 2016-12-31)

Requerente e Responsável pelo Registo: ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS LDA

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20170710 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 4909/2018-07-11 22:15:33 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2017 (2017-01-01 a 2017-12-31)

Requerente e Responsável pelo Registo: ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS LDA

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20180711 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 5397/2019-07-08 23:21:36 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2018 (2018-01-01 a 2018-12-31)

Requerente e Responsável pelo Registo: ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS LDA

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20190708 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 8264/2020-08-12 17:00:25 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2019 (2019-01-01 a 2019-12-31)

Requerente e Responsável pelo Registo: ATLIMEDS - INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS LDA

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20200812 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Certidão permanente subscrita em 17-04-2021 e válida até 17-04-2022

Fim da Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

Voltar Sair

DECLARAÇÃO

1 – JOÃO CARLOS CORDEIRO SARMENTO, portador do CC n.º [REDACTED] e residente em [REDACTED] na qualidade de representante legal de ATLIMEDS – INTEGRATED MEDICAL SOLUTIONS, LDA, com o NIF [REDACTED] e sede em Canada Nova 12-F 9700-130 Angra do Heroísmo, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do PROCEDIMENTO N.º 25/2021 - AJUSTE DIRETO PARA RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA MÉDICA E ACONSELHAMENTO TÉCNICO EM SERVIÇOS CLÍNICOS, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Proposta de orçamento para a prestação de serviços de consultadoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho ;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva [91/308/CEE](#), do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 26 de agosto de 2021,



Assinado por: JOÃO CARLOS
CORDEIRO SARMENTO
Identificação: [REDACTED]
Data: 2021-08-26 às 13:39:55

ATLIMEDS – Integrated Medical Solutions, LDA
Canada Nova n. 12-F Santa Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
NIF: 513 847 707
Proposta Ref. 02/2021

Exmo Sr. Diretor Regional da Saúde
Dr. Berto Cabral
Largo dos Remédios
9701-855 Angra do Heroísmo

Proposta de orçamento para a prestação de serviços de consultadoria médica e aconselhamento técnico em serviços clínicos.

Considerando que:

- A) A Direção Regional da Saúde (DRS) assumiu as competências da Saudaçor, S. A. após a sua extinção em Dezembro de 2019 regulada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2019/A, nomeadamente a responsabilidade pelo processo de contratualização com as Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais do SRS, bem como a definição do modelo de financiamento do SRS.
- B) As atuais necessidades de implementação e acompanhamento dos processos descritos anteriormente implicam apoio técnico na área clínica.
- C) Não existem recursos humanos com tal competência no quadro de pessoal da DRS.

Submete-se à sua consideração a seguinte proposta:

1. A ATLIMEDS, LDA pela presente proposta compromete-se a assegurar a prestação de serviços de consultadoria médica e aconselhamento técnico aos processos referidos no Considerando A). Os mesmos serão prestados por um médico especialista em Medicina Geral e Familiar, mestre em gestão da saúde, com conhecimento técnico, experiência comprovada na área em questão de pelo menos cinco anos, e conhecimento concreto da realidade do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

2. A ATLIMEDS, LDA assegurará a prestação dos mesmos serviços em outras áreas consideradas relevantes pela DRS desde que possua competência técnica para tal.
3. Os serviços serão prestados em regime de teletrabalho.
4. Durante a vigência do contrato será realizada uma deslocação presencial à DRS ou a qualquer unidade de saúde por um período não superior a 3 dias (incluindo períodos de deslocação).
5. A presente proposta de prestação de serviços refere-se à prestação de 480 horas de consultadoria até 31 de dezembro de 2021.
6. Os dias e horários de prestação de serviços serão acordados entre as partes mensalmente, com escalonamento dos serviços a prestar no mês subsequente.
7. O valor da retribuição por cada hora de serviços prestados identificados nas cláusulas primeira e segunda fixa-se na quantia de 49 € (quarenta e nove euros), acrescida de IVA.
8. O pagamento será efectuado na íntegra pela DRS no ato de assinatura de contrato.
9. Tendo em conta os pressupostos anteriores, propõe-se a prestação de serviços correspondentes a um valor total de 23 520 € (vinte e três mil quinhentos e vinte euros), acrescido de IVA.

Angra do Heroísmo, 18 de Março de 2021,



João Sarmiento
Sócio-gerente